



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA**  
**Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 202082100060	Distribuição: 30/01/2020
Número Único: 0000060-89.2020.8.25.0069	Competência: Moita Bonita
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: EDSON MENESES SANTOS  
Endereço: POVOADO LAGOA DO CAPUNGA  
Complemento: EM FRENTE AO BAR DE CARINHA  
Bairro: ZONA RURAL  
Cidade: MOITA BONITA - Estado: SE - CEP: 49560000  
Requerente: Advogado(a): JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: 5º ANDAR  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: - CEP: 20031205



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA**  
**Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA  
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202082100060

**DATA:**

30/01/2020

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

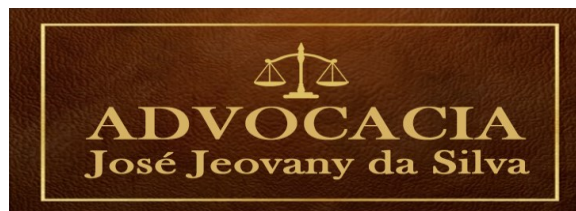
Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202082100060, referente ao protocolo nº 20200130131402827, do dia 30/01/2020, às 13h14min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE MALHADOR DISTRITO JUDICIÁRIO DE MOITA BONITA -  
SERGIPE**

**EDSON MENESES SANTOS**, brasileiro, convivente, lavrador, portador do RG nº 1.471.959 SSP/SE e CPF nº 003.556.195-55, residente e domiciliado no Povoado Lagoa do Capunga, S/N, Zona Rural, Moita Bonita/SE, CEP 49.560-000, Tel.: (79) 99676-6465, não possui endereço eletrônico, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO  
DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico desconhecido, por razões de fato e de direito a seguir delineadas:

**DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.

**DOS FATOS**

No dia 16 de Junho de 2019, o Requerente conduzia o veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/CG 160 START, ano 2017/2018, cor vermelha, placa QMB-



4506, CHASSI 9C2KC2500JR001583, Moita Bonita/SE, quando ao passar em frente a Fábrica da Estrela, no Povoado Serra do Machado em Ribeirópolis/SE, o Requerente colidiu a motocicleta sofrendo um acidente, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fratura na cabeça e no braço em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar de o Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros), a seguradora realizou pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT apenas no valor de R\$ 9.281,25 (nove mil duzentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), em 29 de Novembro de 2019, valor este que é inferior ao percentual devido, por ser desproporcional à lesão sofrida, conforme será demonstrado pelos documentos anexos e pelo exame pericial.

Portanto, não restou outra alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

## **DO DIREITO**

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de



indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Nesta linha de raciocínio, **há que se esclarecer que não se discute, nesta lide, o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se portanto ao valor devido**, pois que a seguradora apenas pagou o valor R\$ 9.281,25 (nove mil duzentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), em 29 de Novembro de 2019, conforme documento anexo.

Portanto, **não há que se falar em quitação da obrigação por parte da Requerida na seara administrativa, pois o quê o Requerente busca é receber justamente o valor que compreende inadimplido, pugnando tal valor por meio da tutela jurisdicional ora pleiteada através desta ação. Dessa forma, o Requerente demonstra total interesse de agir no presente feito, inclusive há entendimento já pacificado pela Corte de Justiça do Estado de Sergipe neste sentido, *in verbis*:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DAS SEGURADORAS. I - Preliminares. Falta de Interesse de Agir. **O recibo de quitação administrativa não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente. Doutrina e jurisprudência afastam o exaurimento da via administrativa como requisito de acesso ao Judiciário, dando eficácia ao direito fundamental de ação e ao princípio do amplo acesso à Justiça.** Alegação de necessidade de perícia. Insubsistente. Prova já colhida. Laudo pericial encartado aos autos. Preliminares rejeitadas. (...) III - Recurso conhecido e parcialmente provido APELAÇÃO CÍVEL Nº 11181/2012, 10ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, GILSON FELIX DOS SANTOS, JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 19/02/2013. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência



mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Assim, segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).  
Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:  
(...)  
**II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.**  
(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo



estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

I - **quando se tratar de invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

II - **quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) (Grifou-se).*

Mesmo assim, no presente caso o Requerente ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor claramente inferior ao que deveria receber, tendo em vista o desrespeito da seguradora ao enquadramento estabelecido na lei que garante o pagamento de percentual determinado.

Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor inferior ao do seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP, o que não se pode conceber. Pois, desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, logo os Tribunais já tem se posicionado quanto a possibilidade de se exigir a diferença:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- **Complementação do pagamento do Seguro DPVAT**- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- **Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado**- **Necessidade de realização de perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima**- inteligência do art. 3º da Lei nº 8.441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML. TJ-SE -





INTEIRO TEOR. APELAÇÃO CÍVEL AC 2012202671 SE (TJSE) DATA DE PUBLICAÇÃO: 12/06/2012. (Grifou-se).

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO**. DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. **“O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada” Súmula n. 256- STJ.** “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ. STJ-RECURSO ESPECIAL 1170587 PR 2009/0236573-1 DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010. (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

**Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez.** (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Autor, o qual será constatado por meio de exame pericial, tendo em vista a incoerência da Seguradora no pagamento do seguro obrigatório.

## DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a



**dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;

- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja **a presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 4.218,75 (quatro mil duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 30 de Janeiro de 2020.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



## **ANEXO I**

### **QUESITOS PARA PERÍCIA**

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?
5. Está correta a quantia paga administrativamente?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização?



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Edson Mendes Santos, brasileiro,  
comumente, lavrador, inscrito no RG sob N.  
1.471.959 SSP/SE e no CPF sob N. 003.556.  
195-55, residente e domiciliado no Parágrafo  
Lagoa do Capunga, s/n, Zona Rural,  
Mata Baruta/SE, CEP: 49560-000.

**OUTORGADO:** José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o nº 12.367 e na OAB/SE, sob o nº 889-A, CPF sob o nº 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, nº 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

**PODERES:** pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

**FINALIDADE:** propor ação de cobrança.

N.ª da Glória/SE 29 de junho de 2020

X Edson Mendes Santos  
Assinatura




## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

**Declarante:** Edson Memeser Santos, brasileiro, com-  
mente, lavrador, inscrito no RG sob  
N.º 1.471.959 SSP/SE e no CPF sob N.º 003.  
556.195-55, residente e domiciliado no  
Povoado Lagoa do Capim, s/n, Zona  
Rural, Nossa Senhora (SE), CEP: 49560-000.

Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da “Gratuidade da Justiça”, que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

N.ª Sr. da Glória/SE, 29 de Janeiro de 2020

  
Assinatura

**DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA**

Eu, Edson Mendes Santos, portador(a)  
do RG sob n. 1471.959 expedido pelo SSP/SE em     /     /    , e no  
CPF sob n. 003.556.195-55 venho, por meio desta, declarar que resido  
neste endereço: Par. Lagoa do Rapunga, S/N  
Bairro: Zona Rural, Cidade: Matã Bonita  
UF SE, CEP: 49560-000

11/Seq da Glória/SE 29 de Janeiro de 2020

x Edson Mendes Santos  
Assinatura



Mostre ao seu novo companheiro os perigos que existem no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricitista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



00008-SF

Número 066102



Edgar Meneses Silva  
ASSINATURA DO PORTADOR



Nome Edson Henneses Santo

Loc. Nasc. Yalla, Spula Est. SE Date 18. 03. 77

Filiação José Antonio do Santos

Doc. n° El 471959 SSP/8E

Chegada ao Brasil em...../...../..... Doc. Ident. n.º.....

Exp. em...../...../..... Estado.....

Obs. ....

Data Emissã 31/03/00 DRT SE

DRT. 8.11

Assinatura do Funcionário

## ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

5

Nome

Doc

**Nome**

Doc:

**Nome**

Doc.

1

100.

est. CI

.....

•••••

.....





MARIA ILDA MENEZES  
POV LAGOA DO CAPUNGA, 220 / CASA A - POV LAG CAPUN  
MOITA BONITA / SE CEP: 48560000 (AG: 30)

Ligação: MONOFÁSICO  
Cte/Sbc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL  
Roteiro: 7 - 110 - 340 - 315 Referência: Mai / 2019  
Medidor: E5012805438 Emissão: 13/05/2019



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGISA SA  
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa  
Aracaju / SE - CEP: 49040-150  
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc. Est. 270.767.436  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº013.510.068  
Cód. para Dth. Automático: 00008892028

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF / CNPJ / RANI
Mai / 2019	13/05/2019	11/06/2019	423.557.296-49
			Insc. Est.:

UC (Unidade Consumidora): 3/889202-8

Canal de contato

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
10/04/19	4826	13/05/19	4892	1	66	33

Demonstrativo		Quantidade	Tarifa (R\$)	Valor Base Calc.	Alug. (R\$)	ICMS (R\$)	Base Calc. Pto (R\$)	Cotist (R\$)
CCI	Descrição							
0601	Consumo em kWh	66,000	0,761690	50,27	50,27	25	12,57	50,27
0601	Adic. B. Amarela			0,37	0,37	25	0,09	0,37
	LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0807	CONTRIB. ILUM. PÚBLICA			8,76	0,00	0	0,00	0,00
0904	JUROS DE MORA 04/2019			0,08	0,00	0	0,00	0,00
0805	MULTA 04/2019			0,55	0,00	0	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item TOTAL: 60,03 60,64 12,66 60,64 0,54 2,51  
Tarifa s/ Tributos: 0,525240

Média últimos meses (kWh): 74  
**VENCIMENTO 20/05/2019**  
**TOTAL A PAGAR R\$ 60,03**

Histórico de Consumo (kWh)

62	47	45	47	55	99	106	91	100	118	69	50
Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19

RESERVADO AO FISCO  
bf67.ae3b.131f.c661.29aa.a6f6.79fb.0013.

Indicadores de Qualidade 3/2019 - MOITA BONITA				Composição do Consumo		
Limites de ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	11,16	1,17	NOMINAL 127	Serviços de Dist. da Energisa/SE	12,82	21,37
DIC TRIMESTRAL	22,32			Compra de Energia	18,30	30,48
DIC ANUAL	44,65		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 117	Serviço de Transmissão	1,25	2,08
FIC MENSAL	7,67	1,00		Encargos Setoriais	2,56	4,26
FIC TRIMESTRAL	15,34		LIMITE SUPERIOR 133	Impostos Diretos e Encargos	25,10	41,81
FIC ANUAL	30,69			Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC	8,08	1,17		<b>Total</b>	<b>60,03</b>	<b>100,00</b>
DICRI	16,80			Valor do EUSD (Ref. 3/2019) R\$ 18,59		

#### ATENÇÃO

Atenção: A responsabilidade pela iluminação pública é da prefeitura do município.  
Reajuste Tarifário - Vigência: 22/04/19 - Resol. ANEEL nº 2.531 - Baixa Tensão 3,33% Médio  
Reajuste Tarifário - Vigência: 22/04/18 - Resol. ANEEL nº 2.531 - Alta Tensão 1,84% Médio

#### Faturas em atraso





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA MUNICIPAL DE RIBEIRÓPOLIS - RIBEIRÓPOLIS - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 096422/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 13/09/2019 10:59 Data/Hora Fim: 13/09/2019 11:23  
Delegado de Polícia: Julio Figueiredo de Aquino

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Municipal de Ribeirópolis  
Data/Hora do Fato: 16/06/2019 17:30

Local do Fato

Município: Ribeirópolis (SE)  
Logradouro: Rodovia Paes Mendonça, em frente à Fábrica da Estrela

Bairro: Povoado Serra Do  
CEP: 49.530-000

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: EDSON MENESES SANTOS (COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Moita Bonita Sexo: Masculino Nasc: 18/03/1977  
Profissão: Agricultor  
Nome da Mãe: Maria Ilda Meneses Nome do Pai: Jose Antonio dos Santos

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 003.556.195-55

Endereço

Município: Moita Bonita - SE  
Logradouro: Povoado Lagoa do Capunga Nº: S/N  
Complemento: perto do bar de "Carinha"  
Bairro: ZONA RURAL CEP: 49.560-000  
Telefone: (79) 99676-6465 (Celular)

Nome Civil: LUANA MENESES SANTOS (COMUNICANTE, REPRESENTANTE LEGAL)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Itabaiana Sexo: Feminino Nasc: 10/08/1999  
Profissão: Agricultor  
Nome da Mãe: Auxiliadora Meneses Santos Nome do Pai: Manoel da Piedade Santos

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 082.064.515-01

Endereço

Município: Moita Bonita - SE  
Logradouro: POVOADO CAPUNGA Nº: S/N  
Complemento: NA FRENTE DO BAR DE EVARISTO  
Bairro: ZONA RURAL CEP: 49.560-000  
Telefone: (79) 99676-6465 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)



Delegado de Polícia Civil: Julio Figueiredo de Aquino  
Impresso por: Joaquim Costa Cunha Barreto Filho  
Data de Impressão: 13/09/2019 11:25  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA MUNICIPAL DE RIBEIRÓPOLIS - RIBEIRÓPOLIS - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

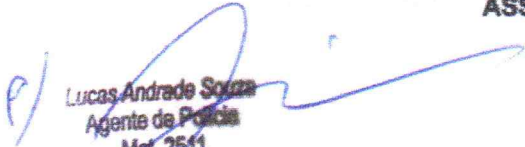

Nº: 096422/2019

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 044.159.715-71	Placa QMB4506
Renavam 01137105833	Número do Motor KC25E0J001817
Número do Chassi 9C2KC2500JR001583	Ano/Modelo Fabricação 2016/2017
Cor VERMELHA	UF Veículo Sergipe
Município Veículo Moita Bonita	Marca/Modelo HONDA/CG 160 START
Modelo HONDA/CG 160 START	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido
Última Atualização Denatran 13/08/2019	Situação do Veículo NADA CONSTA
Nome Envolvido	Envolvimentos
Edson Meneses Santos	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

RELATA O NOTICIANTE E SUA REPRESENTANTE LEGAL QUE NO DIA, HORA E LOCAL CITADO ESTAVA INDO EM DIREÇÃO A CIDADE DE RIBEIRÓPOLIS/SE QUANDO, AO PASSAR EM FRENTE A FÁBRICA DA ESTRELA, NO POVOADO SERRA DO MACHADO EM RIBEIRÓPOLIS, EDSON MENESES SANTOS COLIDIU A MOTOCICLETA QUE ESTAVA PILOTANDO (PLACA QMB 4506 - DADOS DO VEÍCULO JÁ CADASTRADOS NO BOLETIM), SOFRENDU UM GRAVE ACIDENTE DEVIDO A FALTA DE USO DE CAPACETE. QUE EDSON MENESES SANTOS TEVE FRATURA NA CABEÇA E NO BRAÇO. DIANTE DO EXPOSTO, RELATA O FATO PARA QUE SEJAM TOMADAS AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS E DAR ENTRADA NO SEGURO DPVAT.

ASSINATURAS

 Lucas Andrade Souza Agente de Polícia Mat. 2511	 Luana Meneses Santos (Representante Legal / Comunicante)
Joaquim Costa Cunha Barreto Filho Responsável pelo Atendimento	

\*Declaro para os devidos fins do direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e declaro que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro.\*



Delegado de Polícia Civil: Julio Figueiredo de Aquino  
Impresso por: Joaquim Costa Cunha Barreto Filho  
Data de Impressão: 13/08/2019 11:25  
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



MS/DATASUS

HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE

No. DO BE: 6567

DATA: 16/06/2019 HORA: 19:39 USUARIO: BMGSANTOS

CNS:

SETOR: 04-PS VERMELHA

## IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME: EDSON MENESES SANTOS  
IDADE: 42 ANOS NASC: 18/03/1977  
ENDERECO: POVOADO LAGOA DO CAPUNGA  
COMPLEMENTO: 706001392159141 BAIRRO:  
MUNICIPIO: MOITA BONITA UF: SE CEP: -  
NOME PAI/MAE: JOSE ANTONIO DOS SANTOS /MARIA ILDA MENESES  
RESPONSAVEL: O SOBRINHO/GELVANE  
PROCEDENCIA: MOITA BONITA-SE TEL: 79 99607  
ATENDIMENTO: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS) 008  
CASO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE: NAO TRAUMA: NAO  
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [ X mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS: \* Vermelha \*

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: 16/06/2019

Paciente chegando de colisão moto x moto sem capacete, com  
lesão frontal importante, Glasgow 13, sinais de intor-  
ção alcoólica e fratura fechada em antebraço di-  
to.

ANOTACOES DA ENFERMAGEM: Ao EF. X: vias aéreas permeáveis + color  
B: MV+ em ANT DIRA  
C Abd. plano, flácido, bacia estável, ROR 2T3NF D/D

DIAGNOSTICO: Colisão moto x moto: politrauma CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

① Avaliação da Cirurgia Geral, arcl  
CBUF e Ortopedia - URGENTE

Malcon Pinho  
Médico  
CRM 43657SE

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASAO HORA DA SAIDA: :  
[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO [ ] DESISTENCIA

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE): HUSE

OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APÓS 48HS [ ] IML [ ] ANAT. PAT

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

RECIBO: 1198

DATA: 16/06/2019

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

EXAME DE RADIOLOGIA

REALIZADO EM 16/06

AS H

D: ECG 13(03U4M6):

não visualizo pupilas

decido intervir hemitoma

periorbital bilateral

... constante de partes moles em região



NOME DO PACIENTE: Edson Menezes Santos  
DATA DA ENTRADA: 16/06/2019  
DATA DA SAÍDA: 12/07/2019

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS ( ) ENFERMARIA ( ) UTI ( )

HISTÓRICO CLÍNICO:

Vítima de acidente de trânsito, motociclístico, sem capacete com lesão frontal importante e Glasgow 13, mais fratura fechada em antebraço direito, sendo submetido a procedimento cirúrgico pelas equipes de Neurocirurgia e Ortopedia buco-maxilo-facial. O ortopedista confirmou fratura (distal) do rádio distal direito fechada recomendando tratamento conservador (controle) no momento. No atual momento evoluiu bem acordado, consciente e deambulando sendo liberado para alta hospitalar dia 12/07/2019, sendo recomendado acompanhamento ambulatorial de cirurgia buco-maxilo-facial.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Dia 16/06/2019 - feito craniotomia frontal bilateral pelo Dr. Marcelo Barbosa (CRM-894) e redução da fratura do seio frontal pelo cirurgião buco-maxilo-facial Dr. Helio Igor Albuquerque (CRO 2394)

EXAMES COMPLEMENTARES:

Exame de tomografia computadorizada do crânio, face, coluna toraco-lombar e abdome.  
ECG  
Exame radiográfico do punho direito

MÉDICOS ASSISTENTES:

Cirurgião geral - Dr. Maicon Pinho - CRM - 4365  
Neurocirurgião - Dr. Marcelo Barbosa - CRM - 894  
Dr. Tiago de Jesus Menezes - CRM - 3546  
Ortopedista - Dr. Antônio Francisco Cebal - CRM - 880  
Cirurgião buco-maxilo-facial - Dr. Helio Igor Albuquerque - CRO - 2394  
Dr. André Luiz Barreto - CRO - 1177

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO ( ) ÓBITO ( )

ARACAJU, 23 de JUNHO de 2019

*Dr. Cíene Bravo de Oliveira*  
Dr. Cíene Bravo de Oliveira  
CRM 940



( / )



Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO ( /Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPRESSATRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3190624343 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA EDSON MENESES SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA

BENEFICIÁRIO EDSON MENESES SANTOS

CPF/CNPJ: 00355619555

## Posição em 29-01-2020 14:56:09

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00


Juros e Correção: R\$00.000,00

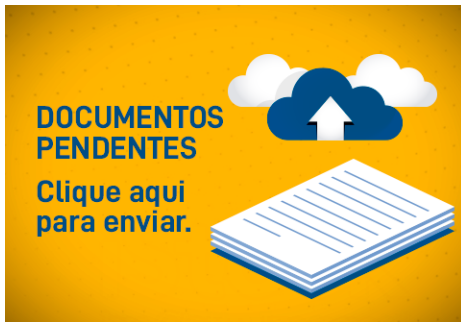
Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
29/11/2019	R\$ 9.281,25	R\$ 0,00	R\$ 9.281,25

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
08/12/2019	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/ayqRzLIZqxJKa08ZFX1ocapi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1naWsZ35ILscZebTYS0lyFuaY=)
10/11/2019	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/mYb0pj+NA0PRTu66qySwcapi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1naWsZ35ILscZebTYS0lyFuaY=)

08/11/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/tz6lpnOtc__HymHPFtaEst?api_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1naWsZ35lLscZebTYs0lyFuaY=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/tz6lpnOtc__HymHPFtaEst?api_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1naWsZ35lLscZebTYs0lyFuaY=</a> )
------------	------------------------------------	--



(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

### Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

### ACESSIBILIDADE



(</Pages/Acessibilidade.aspx>)



(</Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx>)

A A A 

### COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (</Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx>)

Documentos Invalidez Permanente (</Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx>)

Documentos Morte (</Pages/Documentacao-Morte.aspx>)

Dicas Indispensáveis (</Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx>)

### PAGUE SEGURO



Como Pagar (</Pages/Saiba-como-pagar.aspx>)

Consulta a Pagamentos Efetuados (</Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx>)

### ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (</Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)



([https://www.fuspo.com.br/seguro-dpvat/SeguradoraLiderDPVAT\\_oficial/](https://www.fuspo.com.br/seguro-dpvat/SeguradoraLiderDPVAT_oficial/))  
I%C3%ADder-  
dpvat)

## Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

## Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

## Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA  
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202082100060

**DATA:**

03/02/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000011}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA  
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202082100060

**DATA:**

05/02/2020

**MOVIMENTO:**

Decisão

**DESCRIÇÃO:**

Intime-se o autor, para, em 10 (dez) dias, emendar a inicial, juntando aos autos comprovante da alegada hipossuficiência, sob pena de não concessão dos benefícios da justiça gratuita pleitados.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Moita Bonita**

---

Nº Processo 202082100060 - Número Único: 0000060-89.2020.8.25.0069

Autor: EDSON MENESES SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

---

Movimento: Decisão >> Outras Decisões

Intime-se o autor, para, em 10 (dez) dias, emendar a inicial, juntando aos autos comprovante da alegada hipossuficiência, sob pena de não concessão dos benefícios da justiça gratuita pleitados.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA CUNHA PAZ, Juiz(a) de Moita Bonita**, em 05/02/2020, às 13:53:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000258143-74**.

---



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA  
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202082100060

**DATA:**

20/02/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 12367}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE MALHADOR DISTRITO JUDICIÁRIO DE MOITA BONITA -  
SERGIPE**

**Processo nº 202082100060**

**EDSON MENESES SANTOS**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado, que esta subscreve, vem mui respeitosamente manifestar-se, em cumprimento ao despacho de Vossa Excelência, com o fito de provar ser merecedor da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça:

O Requerente faz jus à concessão da gratuidade da justiça, haja vista que o mesmo não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

Porquanto, o Requerente é pessoa humilde, trabalhador rural, atualmente sem vínculo empregatício conforme CTPS anexa a inicial, vivendo no momento de serviços informais que presta como lavrador.

Além disso, como já narrado na exordial o Requerente foi vítima de um acidente automobilístico no qual sofreu fratura na cabeça e no braço em virtude deste acidente, donde necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial, conforme relatórios médicos anexados a inicial.

Assim, o Requerente juntou com a presente inicial a declaração de hipossuficiência, informando que não possui condições para arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem que cause dano ao seu sustento e de sua família.

Desse modo, conseqüentemente, torna-se inviável o custeio das despesas processuais e o pagamento dos honorários do perito, pleiteando, portanto, os benefícios



da gratuidade da justiça, assegurados pela Lei nº 1060/50 e consoante o art. 98, caput, do CPC/2015, *in verbis*:

**Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. (Grifou-se).**

Mister frisar, ainda sobre a gratuidade a que tem direito esta pessoa natural, o novo Código de Ritos Civis dispõe em seu art. 99, § 3º, que **“presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”**.

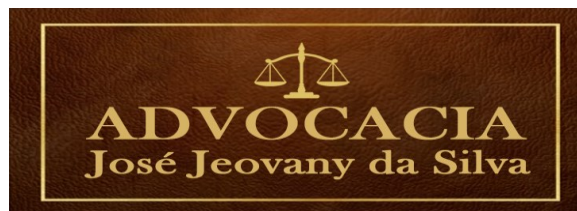
Assim, à pessoa natural basta a mera alegação de insuficiência de recursos, sendo desnecessária a produção de provas da hipossuficiência financeira. Ou seja, apresentado o pedido de gratuidade acompanhado de declaração de pobreza, há presunção legal que o juiz pode prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 99, § 3º, do CPC/2015 acima).

Portanto, entender de outra forma seria impedir os mais humildes de terem acesso à justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado de Direito, corolário do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para recebê-la, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional, que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, **bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira por meio de advogados particulares**, conforme art. 99, § 4º, do CPC/2015, vejamos:

**Art. 99, § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça. (Grifou-se).**





---

Excelência, como já afirmado, decorre da letra expressa do art. 99, § 3º, do CPC/2015, **que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei.**

Por fim, requer o Requerente a Vossa Excelência, que lhe seja concedida a gratuidade da justiça, com amparo nos argumentos de direito colacionados.

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 20 de Fevereiro de 2020.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A







Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA  
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202082100060

**DATA:**

04/03/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA**  
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202082100060

**DATA:**

05/03/2020

**MOVIMENTO:**

Decisão

**DESCRIÇÃO:**

Tendo em vista a petição retro, em que o autor afirma viver de serviços informais e esporádicos como lavrador, e os documentos que guarnecem a inicial, defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil. Considerando que em causas como esta usualmente não há autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, CPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, CPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). Cumpra-se.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Moita Bonita**

Nº Processo 202082100060 - Número Único: 0000060-89.2020.8.25.0069

Autor: EDSON MENESES SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Decisão >> Outras Decisões

Tendo em vista a petição retro, em que o autor afirma viver de serviços informais e esporádicos como lavrador, e os documentos que guarnecem a inicial, defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil.

Considerando que em causas como esta usualmente não há autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, CPC.

Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, CPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC).

Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).

Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA CUNHA PAZ, Juiz(a) de Moita Bonita**, em 05/03/2020, às 21:55:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000513320-71**.



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA  
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202082100060

**DATA:**

17/03/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que expedi mandado nº 202082100469.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA  
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202082100060

**DATA:**

18/03/2020

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202082100469 do tipo Intimação Parte do proceso Cumprimento de Despacho/ato ordinatório cota promotorial [TM924,MD1809] <br/><br/> {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Moita Bonita  
Av. Valter Franco, Nº 1060  
Bairro - Centro Cidade - Malhador  
Cep - 49570000 Telefone - 3442-1247

Normal(Justiça Gratuita)



202082100469

PROCESSO: 202082100060 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000060-89.2020.8.25.0069  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: EDSON MENESES SANTOS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)**, para cumprir a finalidade abaixo identificada constante no/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos.

#### Prazo:

**Finalidade:** Considerando que em causas como esta usualmente não há autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, CPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, CPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). Cumpra-se.

Atenciosamente,

#### Ilmº (a) Sr(a)

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74  
**Bairro** : Centro  
**Cep** : 20031205  
**Cidade** : Rio de Janeiro - -

[TM924, MD1809]



Documento assinado eletronicamente por **EGBERTO PITTA FERREIRA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Moita Bonita**, em 18/03/2020, às 14:03:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000616480-17**.



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA  
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202082100060

**DATA:**

17/04/2020

**MOVIMENTO:**

Outras Informações

**DESCRIÇÃO:**

Cancelamento do Mandado/Carta de nr.202082100469 de Intimação Parte do proceso Cumprimento de Despacho/ato ordinatório cota promotorial [modelo.]

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA  
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202082100060

**DATA:**

17/04/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que expedi carta nº 202082100530.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

MOITA BONITA DA COMARCA DE MOITA BONITA  
Av. João Evangelista da Costa, Bairro Centro, Moita Bonita/SE, CEP 49560000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202082100060

**DATA:**

17/04/2020

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202082100530 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA  
[TM4205,MD2372] <br/><br/> {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Moita Bonita  
Av. Valter Franco, Nº 1060  
Bairro - Centro Cidade - Malhador  
Cep - 49570000 Telefone - 3442-1247

Normal(Justiça Gratuita)



202082100530

PROCESSO: 202082100060 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000060-89.2020.8.25.0069  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: EDSON MENESES SANTOS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

**Finalidade:** Responder em 15 (quinze) dias.

**Despacho:** Tendo em vista a petição retro, em que o autor afirma viver de serviços informais e esporádicos como lavrador, e os documentos que guarnecem a inicial, defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil. Considerando que em causas como esta usualmente não há autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, CPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, CPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). Cumpra-se.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74  
**Bairro** : Centro  
**Cep** : 20031205  
**Cidade** : Rio de Janeiro - -

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **EGBERTO PITTA FERREIRA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Moita Bonita**, em 17/04/2020, às 13:37:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000774628-95**.

---